

DESIGUALDADES NA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA DE LAZER E O ACESSO A PROGRAMAS PÚBLICOS: POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DE 2013 E 2019

VIVIAN HERNANDEZ BOTELHO¹; ANDREA WENDT²; INACIO CROCHEMORE-SILVA³

¹Universidade Federal de Pelotas – vivianhbotelho@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – andreatwendt@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – inacio_cms@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Evidências atuais destacam que os níveis de atividade física (AF) em nível mundial são baixos. No ano de 2016, 27,5% da população adulta não atendia às recomendações de AF da Organização Mundial da Saúde (GUTHOLD et al., 2018). A AF é praticada nos domínios de lazer, deslocamento, atividades domésticas e laborais e seus determinantes são distintos e tem diferentes potenciais de intervenção. O domínio do lazer, por estar relacionado ao estilo de vida ativo e ter maior potencial de intervenções (PNUD, 2017) merece atenção especial em termos de monitoramento e avaliação.

A prática de AF de lazer na maioria das vezes está relacionada com o sexo, faixa-etária e posição socioeconômica, sendo os homens, jovens e com maior nível socioeconômico, as pessoas que mais praticam AF em relação a seus pares (O'DONOGHUE et al., 2018). Em vista disso, é fundamental observar as desigualdades de AF específicas desses grupos para que as políticas públicas de promoção da AF sejam mais direcionadas.

As investigações sobre desigualdades na prática de AF de lazer, a partir de inquéritos nacionais, já vem sendo estudadas (MIELKE et al., 2015) e também reportadas por todas as regiões do país (BOTELHO et al., 2021). No estudo de Mielke et al. (2015), com dados nacionais de 2013, foi identificado a presença de desigualdades socioeconômicas na participação de programas públicos de AF, além de que 20% da população brasileira informou ter ciência da existência deles.

Por conseguinte, é necessário monitorar as desigualdades de prática de AF de lazer a nível nacional para assim compreendê-las e colaborar com o planejamento das políticas públicas. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é descrever a prática de atividade física de lazer e a participação em programas públicos de AF, de acordo com as desigualdades de riqueza, através da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 e 2019.

2. METODOLOGIA

Esse estudo é baseado em dois acompanhamentos de base populacional da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 e 2019 (PNS 2013; PNS 2019). Os inquéritos foram realizados com amostra representativa da população adulta brasileira. Ambos os inquéritos tiveram aprovação através de Comissão de Ética Nacional em Pesquisa.

Para este estudo utilizamos as informações de prática de AF de lazer e a participação em programas públicos de incentivo à prática de AF. Em ambos os inquéritos, as questões foram semelhantes. A prática de atividade física foi mensurada considerando os três meses prévios a entrevista em termos de período recordatório e verificou a prática de algum tipo de exercício físico ou esporte, sua

frequência semanal e tempo médio de duração. Foram considerados ativos os participantes que praticavam no mínimo 150 minutos de AF de lazer por semana.

Para análise da participação em programas públicos de AF foi utilizado as seguintes questões em que deveriam assinalar sim ou não: “O(A) sr(a) conhece algum programa público no seu município de estímulo à prática de atividade física?”; “O(A) sr(a) participa desse programa?” e, “Qual o principal motivo de não participar?”, está devendo assinalar uma resposta dentre as seguintes opções: Não é perto do meu domicílio; Não tenho tempo; Não tenho interesse nas atividades oferecidas; O espaço não é seguro/iluminado; Foi impedido de participar; Problemas de saúde ou incapacidade física; outro.

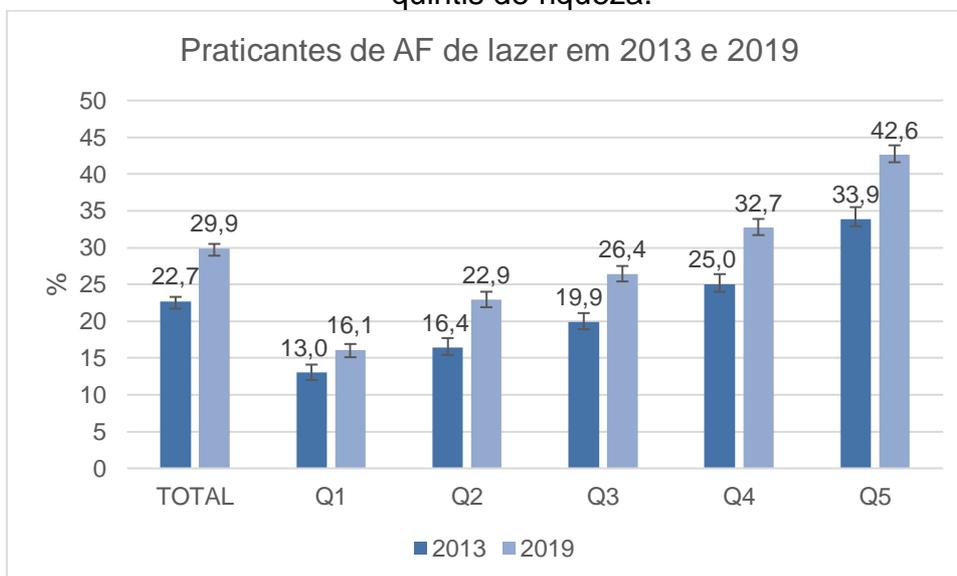
Para análise, as variáveis de AF e participação em programas foram estratificadas de acordo com sexo (homem e mulher) e índice de riqueza em quintis (Q1= população com rendimentos mais baixos; Q5= população com rendimentos mais altos), este baseado em características dos domicílios como como quantidade de cômodos da casa, tipo de esgoto, bens, presença de empregada doméstica, escolaridade do chefe da família. Para todas as variáveis, foi utilizado intervalo de confiança (IC) de 95%, de acordo com os quintis de riqueza e ano da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi constituída por 60.202 adultos na PNS de 2013 e por 88.531 na PNS em 2019. A prevalência de praticantes de AF de lazer que atingiram os 150 minutos semanais em 2013 foi de 22,7% e em 2019 aumentou para 29,9%. Em 2013, 27,4% (IC=95%, 26,5%-28,4%) dos homens e 18,5% (IC=95%, 17,8%-19,3%) das mulheres atingiram as recomendações de prática de AF de lazer, já em 2019, 34,2% (IC=95%, 33,4%-35,1%) dos homens e 26,2% (IC=95%, 25,5%-26,9%) das mulheres.

A Figura 1 apresenta o percentual de praticantes de AF de lazer que atingiram as recomendações semanais de 150 minutos em 2013 e 2019, de acordo com os quintis de riqueza. Podemos observar um aumento de prática entre os anos e também quanto maior o nível socioeconômico, maior a prática de AF de lazer, porém não houve declínio nas desigualdades.

Figura 1: Praticantes de AF de lazer em 2013 e 2019 de acordo com os quintis de riqueza.

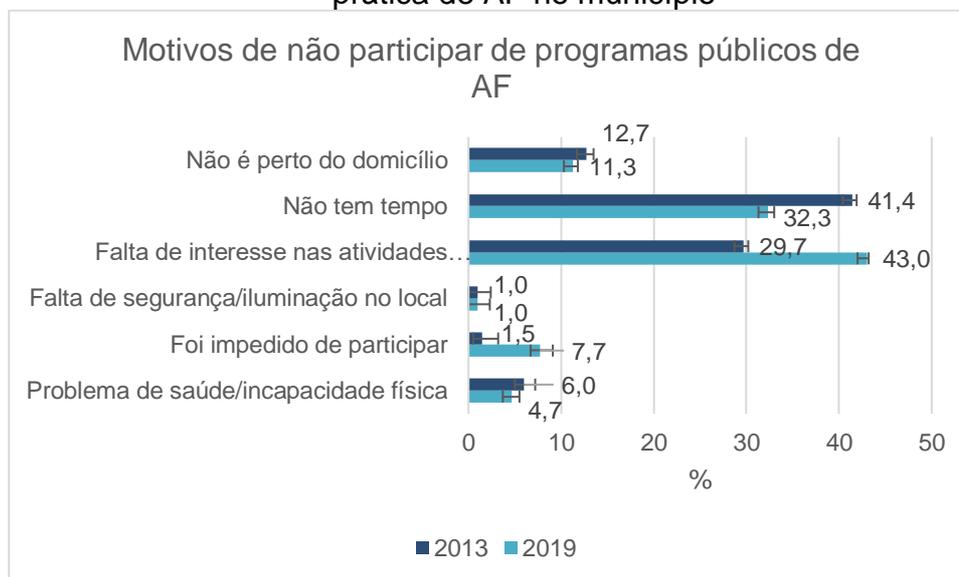


Em relação ao conhecimento sobre programas públicos de estímulo a prática de AF no município, também observamos maior conhecimento declarado em 2019 (25,9%) em relação a 2013 (20,1%). E quanto maior o quintil de riqueza, maior o conhecimento desses programas, sendo Q1 em 2013 de 8,0% e 2019 de 15,8%; e Q5 em 2013 27,1% e em 2019 de 29,9%.

Quanto a participação em programas públicos de estímulo à prática de AF no município, 2,0% declarou participar em 2013 e 2,8% em 2019. Em ambos os anos dos inquiridos, o Q1 foi o que menos participava (2013=1,0%; 2019=1,9%) e o Q4 informou mais participação nos programas (2013=2,4%; 2019=3,0%).

A Figura 2 apresenta os percentuais totais em 2013 e em 2019 dos principais motivos elencados pelos participantes para não participar de programas públicos que estimulam a prática de AF. Podemos observar uma inversão nos principais motivos durante o período avaliado, diminuindo a limitação de tempo e aumentando a falta de interesse nas atividades.

Figura 2: Motivos para não participar de programas públicos de estímulo a prática de AF no município



De acordo com os quintis de riqueza, os principais motivos para não praticar AF em programas públicos, em 2013, no quintil 1 foi a falta de interesse nas atividades oferecidas, seguido por não ser perto do domicílio, já nos demais quintis foi não ter tempo, seguido por falta de interesse nas atividades. Em 2019, o principal motivo em todos os quintis foi a falta de interesse nas atividades oferecidas, seguido por não ser perto do domicílio no Q1 (17,7%) e por não ter tempo nos demais quintis.

Os resultados apresentaram nível crescente de AF no lazer, mas também uma desigualdade persistente de gênero e nível socioeconômico em 2013 e 2019. Em estudo realizado com dados nacionais de 2006 a 2016 do Vigitel (IDE; MARTINS; SEGRI, 2020), também encontraram um aumento da prática de AF de lazer ao longo do tempo. Com resultado semelhante ao nosso, na Polônia, foi constatada um aumento da prevalência maior de AF no lazer de 2014 a 2018 da população mais rica em relação a mais pobre (BIERNAT; PIATKOWSKA, 2019), fazendo com que não houvesse redução das desigualdades.

Em relação ao acesso a programas públicos para a prática de AF, no presente estudo, a diferença de prática de AF em programas públicos foi maior em pessoas com nível socioeconômico mais alto do que mais baixos. Corroborando com esses dados, em estudo realizado nos Estados Unidos, encontraram que a prática de AF em programas públicos, pode variar de acordo com as características de sexo, idade ou nível socioeconômico (MOORE et al., 2008).

4. CONCLUSÕES

A prática de AF de lazer aumentou durante o período avaliado, porém as desigualdades de sexo e nível socioeconômico foram mantidas. Também foi constatado maior aumento do conhecimento e de participação em programas públicos de AF em 2019 em relação a 2013, e quanto maior o quintil de riqueza, maior o conhecimento e a participação. E os principais motivos para não participar dos programas públicos, tanto em 2013 como em 2019, para a população com menor nível socioeconômico foi a falta de interesse nas atividades oferecidas, seguido por não ser perto do domicílio. Portanto, para reduzir as desigualdades encontradas, é necessário que as estratégias públicas para aumento da AF da população brasileira sejam direcionadas às pessoas que mais necessitam de incentivo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIERNAT, E.; PIĄTKOWSKA, M. Leisure-Time Physical Activity Participation Trends 2014-2018: A Cross-Sectional Study in Poland. **International journal of environmental research and public health**, v.17, n.1, 2019.
- BOTELHO, V. H.; WENDT, A. PINHEIRO, E. S.; CROCHEMORE-SILVA, I. Desigualdades na prática esportiva e de atividade física nas macrorregiões do Brasil: PNAD, 2015. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v.26, p.e:0206, 2021.
- GUTHOLD, R.; STEVENS, G. A.; RILEY, L. M.; BULL, F. C. Worldwide trends in insufficient physical activity from 2001 to 2016: a pooled analysis of 358 population-based surveys with 1.9 million participants. **The Lancet Global health**, v.6, n.10, p.e1077-e86, 2018.
- IDE, P. H.; MARTINS, M. S. A. S.; SEGRI, N. J. Tendência dos diferentes domínios da atividade física em adultos brasileiros: dados do Vigitel de 2006-2016. **Cadernos de saúde pública**, v.36, n. 8, p.e00142919, 2020.
- MIELKE, G. I.; MALTA, D. C.; SÁ, G. B. A. R. et al. Diferenças regionais e fatores associados à prática de atividade física no lazer no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde-2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, p.158-69, 2015.
- MOORE, L. V.; DIEZ ROUX, A. V.; EVENSON, K. R. et al. Availability of recreational resources in minority and low socioeconomic status areas. **American journal of preventive medicine**, v.34, n.1, p.16-22, 2008.
- O'DONOGHUE, G.; KENNEDY, A.; PUGGINA, A. et al. Socio-economic determinants of physical activity across the life course: A "DEterminants of Diet and Physical Activity" (DEDIPAC) umbrella literature review. **PLoS one**, v.13, n.1, p.e0190737, 2018.
- PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional** - Movimento é vida: Atividades físicas e esportivas para todas pessoas. Brasília, 2017.